

## **Conflitos e resistências do Movimento dos Pequenos Agricultores do Amazonas - MPA/AM**

Conflicts and resistance of the Amazonas Small Farmers Movement - MPA/AM

Conflictos y resistencias del Movimiento Campesino del Amazonas - MPA/AM

**Marineide Pereira de Oliveira**

Universidade do Estado do Amazonas

[mpdo.mge24@uea.edu.br](mailto:mpdo.mge24@uea.edu.br)

**Francilene Sales da Conceição**

Universidade do Estado do Amazonas

[fconceicao@uea.edu.br](mailto:fconceicao@uea.edu.br)

**Kerolen Roberta Ferreira Alencar**

Universidade do Estado do Amazonas

[krfa.mge24@uea.edu.br](mailto:krfa.mge24@uea.edu.br)

### **Resumo**

O campesinato representa uma classe social e modos de vida essenciais para entender as dinâmicas agrárias no Brasil, marcadas por conflitos históricos entre o campesinato e os grandes proprietários de terra em que o campesinato resiste às imposições da agricultura capitalista. Na Amazônia, esse grupo possui particularidades, com modos de vida ligados à terra, rios e florestas, enfrentando ameaças constantes do Estado e do grande capital. Neste sentido, este artigo tem como objetivo analisar as transformações e resistências do campesinato na Amazônia, em especial do Movimento dos Pequenos Agricultores do Amazonas (MPA/AM), frente ao avanço do capitalismo no campo, visando compreender suas estratégias de reprodução social, territorial e política em meio aos conflitos e contradições do modelo econômico vigente. Esta pesquisa articulou revisão bibliográfica em três eixos (teorias clássicas, questão agrária brasileira, e campesinato na Amazônia) e entrevistas semiestruturadas junto a lideranças do MPA/AM, priorizando a interpretação teórica e a discussão crítica sobre as transformações e resistências do campesinato frente ao avanço do capitalismo no campo.

**Palavras-chave:** Campesinato. Amazônia. Resistência. MPA.

### **Abstract**

The peasantry represents a social class and lifestyle that are essential to understanding the agrarian dynamics in Brazil, marked by historical conflicts between the peasantry and large landowners in which the peasantry resists the impositions of capitalist agriculture. In the Amazon, this group has particularities, with lifestyles linked to the land, rivers and forests, facing constant threats from the State and big capital. In this sense, this article aims to analyze the transformations and resistance of farmers in the Amazon, especially the Movement of Small Farmers of Amazonas (MPA/AM), in the face of the advance of capitalism in the countryside, aiming to understand their strategies of social, territorial and political reproduction amid the conflicts and contradictions of the current economic model. This work articulated a bibliographic review in three axes (classical theories, Brazilian agrarian question, and peasantry in the Amazon) and semi-structured interviews with MPA/AM leaders, prioritizing theoretical interpretation and critical discussion on the transformations and resistance of the peasantry in the face of the advance of capitalism in the countryside.

**Keywords:** Peasantry. Amazon. Resistance. MPA.

## Resumen

El campesinado representa una clase social y un estilo de vida esenciales para comprender la dinámica agraria en Brasil, marcada por conflictos históricos entre el campesinado y los grandes terratenientes, en los que se resiste a las imposiciones de la agricultura capitalista. En la Amazonia, este grupo presenta particularidades, con estilos de vida vinculados a la tierra, los ríos y los bosques, que enfrentan constantes amenazas del Estado y el gran capital. En este sentido, este artículo busca analizar las transformaciones y la resistencia de los agricultores de la Amazonia, especialmente del Movimiento de Pequeños Agricultores de Amazonas (MPA/AM), ante el avance del capitalismo en el campo, con el objetivo de comprender sus estrategias de reproducción social, territorial y política en medio de los conflictos y contradicciones del modelo económico actual. Este trabajo articuló una revisión bibliográfica en tres ejes (teorías clásicas, cuestión agraria brasileña y campesinado en la Amazonia) y entrevistas semiestructuradas con líderes del MPA/AM, priorizando la interpretación teórica y la discusión crítica sobre las transformaciones y la resistencia del campesinado ante el avance del capitalismo en el campo.

**Palabras-clave:** Campesinado. Amazonía. Resistencia. MPA.

## Introdução

O campesinato constitui classe social e modos de vida inerentes à compreensão das dinâmicas agrárias no Brasil (Shanin, 2005). Desde seus fundamentos clássicos até aos mais contemporâneos, o campesinato tem sido objeto de um grande debate teórico que envolve forças divergentes sobre o campo. No Brasil a questão agrária está presente em todas as regiões, carregada de histórias de violências, lutas territoriais e resistências do campesinato frente às forças capitalistas.

Mesmo representando importância para o planeta, no sentido de representar baixo impacto para o meio ambiente, a vida e existência do campesinato é frequentemente negada, negligenciada e desrespeitada pelo Estado e pelo capital. No contexto amazônico, o capital, com a legitimação do Estado, avança impetuosamente sobre os territórios das comunidades locais, levando a cenários dialéticos (que se materializam em conflitos fundiários e grilagem) em que as contradições impostas pelo capitalismo resultam em inúmeras lutas pelos territórios.

Frente a isso, esta pesquisa tem como objetivo analisar as transformações e resistências do campesinato na Amazônia, em especial do Movimento dos Pequenos Agricultores do Amazonas (MPA/AM), frente ao avanço do capitalismo no campo, visando compreender suas estratégias de reprodução social, territorial e política em meio aos conflitos e contradições do modelo econômico vigente.

Por fim, espera-se que este estudo contribua com o debate sobre as dinâmicas agrárias do estado do Amazonas, evidenciando como os agricultores e agricultoras resistem e se reinventam por meio de estratégias territoriais, políticas, culturais e produtivas. Ao articular revisão teórica e análise empírica das lutas do MPA/AM, busca reforçar a relevância de suas resistências. Assim, a pesquisa

visa ampliar o diálogo acadêmico e político sobre a necessidade de reconhecimento e garantia dos direitos territoriais e modos de vida do campesinato amazônico.

## Metodologia

Este estudo, fundamentado no método dialético e na abordagem qualitativa (Gerhardt; Silveira, 2009), articulou revisão bibliográfica em três eixos (teorias clássicas, questão agrária brasileira, e campesinato na Amazônia) e entrevistas semiestruturadas junto a lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores do Amazonas - MPA/AM, priorizando a interpretação teórica e a discussão crítica sobre as transformações e resistências do campesinato frente ao avanço do capitalismo no campo.

A pesquisa foi construída em duas etapas: (1) Revisão teórico-conceitual sobre o tema. Primeiramente, na revisão teórico-conceitual, foram selecionadas obras que discutem as teorias clássicas do campesinato, com destaque para: *A importância das teorias agrárias para a geografia rural* (Alves; Ferreira, 2009) e *A definição de camponês: conceituações e desconceituações* de (Shanin, 2005). Foram selecionados também estudos sobre a realidade agrária brasileira, com as obras *A questão agrária no Brasil* (Prado Jr, 1979), *Os camponeses e a política no Brasil* (Martins, 1981), *Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações* (Almeida; Paulino, 2000), e *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária* (Oliveira, 2001).

Quanto a produções científicas sobre o campesinato na Amazônia, foram estas: *A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: Lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra/Pará* (Conceição, 2017), *Campesinato-agroextrativista do Tapajós: Entre ameaças e resistências* (Conceição; Lima; Santos, 2017), *A soja e a violação do direito fundamental de acesso à propriedade dos povos tradicionais em Santarém, Pará, Brasil* (Barbosa, 2014), e *Territorialização camponesa na Várzea da Amazônia* (Cruz, 2007).

A segunda etapa desta pesquisa, feita a partir de entrevistas semiestruturadas com duas lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores do Amazonas - MPA/AM, consistiu na análise e compreensão acerca dos conflitos travados e estratégias de resistência. O pensamento crítico possibilitou uma análise contextualizada das transformações e resistências do campesinato, em especial na Amazônia. Além disso, permitiu desvelar as contradições inerentes à expansão capitalista no campo, o que nos levou a questionar o modelo econômico vigente. Esse modelo, ao mesmo tempo que se afirma, nega a existência do outro (o campesinato), gerando uma antítese que se materializa nos conflitos agrários.

## **Conceitos clássicos de campesinato**

A Geografia em sua essência etimológica remete à descrição da Terra. Todavia, o papel do geógrafo e da geógrafa está para além da descrição do espaço geográfico. Seu papel ultrapassa qualquer descrição, embora esta seja muito importante. Entretanto, mais do que descrever as paisagens, é preciso se debruçar para entender e analisar processos e as relações.

Neste sentido, as teorias e categorias permitem enxergar as contradições, as transformações e os conflitos que se manifestam na produção socioespacial. Por isso, neste espaço priorizamos a abordagem das teorias agrárias e a definição de camponês/camponesa, por entender que sem compreender as teorias agrárias estaríamos limitadas a apenas descrever o espaço, sem de fato entender a dinâmica que o configura.

Alves e Ferreira (2009, p. 147), ao discutir a importância dessas teorias para a Geografia, entende que elas “são base para o entendimento do processo de modernização do campo [...]”. Segundo os autores, Kautsky e Lênin desenvolveram concepções semelhantes quanto ao campesinato na Rússia. Lênin, em particular, argumentava que o campesinato, enquanto representante de formas econômicas “atrasadas e ultrapassadas”, enfrentaria inevitável empobrecimento e subordinação às dinâmicas do mercado, “para o autor, com o avanço do capitalismo, a forma tradicional e típica do campesinato russo deixou de existir” (Alves; Ferreira, 2009, p. 150). Essa perspectiva reflete sua visão do campesinato como elemento residual em meio ao avanço da modernização capitalista no campo.

No capítulo II de sua obra, intitulado “A Desintegração do Campesinato” Lênin aborda a situação do camponês frente ao processo capitalista, indicando um camponês inteiramente subordinado ao mercado, à economia mercantil: tanto para consumo de produtos necessários a ele como à atividade agrícola. Essa transformação, desintegração do campesinato, gera um mercado interno para o capitalismo (Alves; Ferreira, 2009, p. 150).

Para Lênin, o capitalismo na agricultura determinaria a industrialização da agricultura, o que, portanto, promoveria êxodo rural, arrendamento da terra e trabalho assalariado, acarretando mudanças profundas nas relações no campo e, por fim, a desintegração do campesinato na Rússia.

Em *A Questão Agrária*, Kautsky debateu como o capitalismo transformou a agricultura, subordinando os camponeses ao mercado, mas sem necessariamente eliminá-los, pois eles poderiam persistir como fornecedores de força de trabalho barata. Para Kautsky “a pequena propriedade tenderia a diminuir ou desaparecer” (Alves; Ferreira, 2009, p. 148).

Em seus estudos, Kautsky argumentava que a superioridade técnica da agricultura industrializada tornava sua expansão inevitável. O marco histórico que fundamentou suas reflexões teóricas foi o processo de industrialização que estava em curso. Partindo do pressuposto de que o avanço técnico tenderia a se generalizar, Kautsky acreditava que o campesinato estaria destinado ao

desaparecimento ou à subordinação, uma vez que, em sua perspectiva, a industrialização demandaria a adoção das técnicas mais modernas.

Em linhas gerais, a ideia central de Kautsky (1972) é a de que a grande propriedade rural tem superioridade técnica em relação à pequena, sendo a que melhor se adapta à penetração do capitalismo no campo e, por conseguinte à inserção inevitável da “industrialização da agricultura”. Nesse sentido, a pequena propriedade tenderia a diminuir ou desaparecer (Alves; Ferreira, 2009, p. 150).

Kautsky nunca “pregou” o fim da pequena propriedade:

Kautsky ao sinalizar para a evolução do modo capitalista na agricultura, não prega o fim da pequena propriedade, ao contrário, a grande exploração necessita de pequenas propriedades para a exploração industrial, as quais fornecem tanto matéria prima à indústria como mão-de-obra nos períodos em que a grande exploração necessita de assalariados (Kautsky, 1972 *apud* Alves e Ferreira, 2009).

Em contraste com as perspectivas que privilegiam a lógica capitalista, Alexander Chayanov, em *A Organização da Unidade Econômica Camponesa*, aponta que as famílias camponesas trabalham sob uma outra lógica, onde o objetivo não é a acumulação e maximização de lucro, mas operam pelo equilíbrio entre trabalho e consumo. Sua teoria destaca a autossubsistência e a não mercantilização integral da produção camponesa, o que destaca uma organização do trabalho orientada para a reprodução social da unidade doméstica, do núcleo familiar.

Para Chayanov, a essência do campesinato reside em sua estrutura familiar, na qual a dinâmica produtiva é determinada pelo balanço entre “braços e bocas”, ou seja, entre a capacidade laboral disponível e as necessidades de consumo do núcleo doméstico.

A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. A família define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade, o tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular, e reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo (equação braços e bocas) (Alves; Ferreira, 2009, p. 152).

Essa unidade poliprodutiva opera sob uma lógica interna que subordina o trabalho às demandas familiares, configurando-se, assim, como um modo de produção não capitalista. Na agricultura capitalista predomina o circuito, cunhado por Marx (2023), D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro), onde o objetivo é a acumulação de capital, enquanto na agricultura camponesa predomina o circuito M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria) uma racionalidade produtiva orientada para a subsistência.

A teoria da organização da unidade econômica camponesa de Chayanov se baseia nos estudos desenvolvidos sobre as economias de produção familiares russas, no início do século XX. Essa teoria, fundamenta-se no entendimento de que a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital. Considerando a ausência do trabalho assalariado e a não acumulação de capital, Chayanov classifica a unidade econômica camponesa como não-capitalista (Alves; Ferreira, 2009, p. 151).

Nessa perspectiva, o campesinato sustenta-se na ausência de relações assalariadas, uma vez que sua reprodução deriva diretamente da equação trabalho-consumo. Seu principal objetivo não é a acumulação de capital, mas a manutenção da existência da família, inserindo-se como uma forma de produção resistente às contradições impostas pelo capitalismo no espaço agrário.

Shanin (2005) problematiza as definições tradicionais de camponês dentro do pensamento marxista, e critica definições reducionistas, enfatizando a diversidade do campesinato, apontando-o como uma categoria complexa e mostrando a necessidade de uma revisão crítica.

A heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico (na realidade, apenas analiticamente é possível dividir “o diacrônico” e “o sincrônico” nos fenômenos sociais) (Shanin, 2005, p. 2).

Dessa forma, Shanin (2005) defende que o campesinato é uma dimensão política pelo seu enfrentamento e resistência ao modo de produção capitalista. Neste sentido, vê o campesinato como uma classe social e modo de vida. Uma classe social devido à sua luta contra a expansão do capital no campo.

Entretanto, isto não é um *happy end*, apesar de resolvidas todas as dúvidas e reconhecidos os camponeses como o que realmente são, isto é, “uma classe”. Os camponeses “são” uma classe, uma economia, uma *part-society* e, além disso, outras “coisas” que ainda não conceituamos. Só a definição de uma problemática torna possível a seleção de um quadro de referências conceituais válido. Ademais, nenhuma realidade social pode ser monopolizada e nitidamente dividida por um tipo de unidade de análise devidamente selecionado, do qual derivam todas as conclusões (Shanin, 2005, p. 16).

Também contestou formulações que atestam o fim inevitável do campesinato, pontuando a persistência e resistência mesmo diante de diferentes contextos sociais e econômicos.

Sobre as desconceituações, sugere que o campesinato seja entendido a partir de suas relações concretas com a terra e não como uma categoria econômica abstrata: “Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do populus, as frivolidades linguísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro” (Shanin, 2005, p. 18). Portanto, Shanin traz uma outra proposta e perspectiva sobre o debate marxista a respeito do campesinato, afastando-se de visões reducionistas e propondo uma análise que reconheça as especificidades e as resistências camponesas diante das transformações provocadas pelos capitalistas.

Em suma, as teorias agrárias não são apenas descritivas, mas ferramentas para entender conflitos e as transformações no campo. Como forma de análise comparativa, apresentamos abaixo em forma de quadro as relações entre as teorias.

**Quadro 1 - Quadro comparativo das teorias agrárias clássicas**

| <b>Autor</b> | <b>Concepção do campesinato</b>                                                                                                                                                                                    | <b>Relação com o sistema capitalista</b>                                                                       |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lênin        | Formas econômicas “atrasadas e ultrapassadas”.                                                                                                                                                                     | Desintegração do campesinato: subordinação ao mercado (assalariamento, êxodo rural, arrendamento).             |
| Kautsky      | Pequena propriedade subordinada.                                                                                                                                                                                   | Superioridade técnica da grande propriedade, mas pequena propriedade persiste como fornecedora de mão de obra. |
| Chayanov     | Unidade econômica camponesa poliprodutiva, que opera sob uma lógica interna que subordina o trabalho às demandas familiares; Produção para subsistência (relação braços e bocas); Cooperação entre camponeses(as). | Lógica não capitalista de produção.                                                                            |
| Shanin       | Defende que o campesinato é uma dimensão política pelo seu enfrentamento e resistência ao modo de produção capitalista.                                                                                            | Resistência política.                                                                                          |

Fonte: Alves e Ferreira (2009); Shanin (2005).

Organização: Alencar e Oliveira (2025).

As teorias agrárias analisadas revelam um debate sobre o lugar do campesinato na modernização do campo. Enquanto Lênin e Kautsky enfatizam a subordinação inevitável do campesinato à lógica capitalista, prevendo sua desintegração (Lênin), ou persistência subordinada como fornecedor de mão de obra (Kautsky), Chayanov e Shanin destacam a autonomia e a resistência camponesa.

Apesar das diversas transformações ocorridas ao longo do tempo com a modernização no campo, os conflitos, o avanço do sistema capitalista, e as previsões de seu desaparecimento, o campesinato não desapareceu, ainda existe e resiste às imposições do capital no campo.

### **A questão agrária no Brasil**

No contexto brasileiro, a questão agrária envolve particularidades e contradições em que o campesinato ganha destaque, visto que o contexto histórico do campesinato no Brasil é diferente da construção histórica de campesinato em outros países, principalmente nos europeus. Para compreender essa dinâmica, pode-se recorrer às contribuições teóricas dos autores Prado Jr (1979) e Martins (1981), que apresentam debates que auxiliam no entendimento das dinâmicas fundiárias e as

lutas sociais no campo brasileiro. Suas perspectivas se mostram complementares, envolvendo a formação e a resistência dessa classe social.

Primeiramente, para Prado Jr (1979), a partir de uma perspectiva histórica, mostra que a estrutura fundiária que se tem hoje no país é resultado de uma colonização marcada pela acumulação de propriedade em poucas pessoas e pela exploração através do trabalho escravo<sup>1</sup>. Prado Jr descarta a ideia de que o latifúndio brasileiro seja parecido com um resquício feudal, argumentando que “na base e origem de nossa estrutura e organização agrária não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a mesma grande exploração rural que se perpetuou desde o início da colonização brasileira até nossos dias” (Prado Jr, 1979, 158). Nesse sentido, o campesinato do Brasil não possui a mesma tradição camponesa europeia, pois, dadas as circunstâncias históricas, os trabalhadores e trabalhadoras não puderam ter as terras como sua propriedade.

Sendo o campesinato historicamente submetido a essa condição de trabalho sem direitos sobre a terra e exploratória, a solução, para Prado Jr (1979), não está na mera redistribuição de terras, e sim em uma Reforma Agrária que garanta melhores condições de vida e trabalho para o campesinato.

Em suma, e não precisamos mais insistir aqui no assunto, a melhoria das relações de emprego rural em benefício do trabalhador, e pois das condições de vida desse trabalhador, melhoria essa determinada pelo duplo e concorrente impulso da legislação social trabalhista e da luta reivindicatória do trabalhador (fatores esses que sempre se condicionam e estimulam mutuamente), constitui na conjuntura atual da agropecuária brasileira um poderoso e sem dúvida também o principal fator de transformação de nossa economia e estrutura agrária (Prado Jr, 1979, p. 157).

Martins (1981), por sua vez, defende a existência de um campesinato brasileiro, mas que este foi historicamente excluído e marginalizado. Por isso, a luta pela terra é, principalmente, “uma luta contra o capital” (Almeida e Paulino, 2000, p. 120), pois as lutas, conflitos e contradições se dão essencialmente ante ao *modus operandi* do capitalismo no campo, que além de expropriar e explorar os trabalhadores e trabalhadoras, também revela outros modos para subjugar o campesinato, como a renda da terra, pois

A renda da terra também tem a sua dimensão oculta; por isso não posso entendê-la se fico olhando só para o aluguel, quando ele existe. Não posso entendê-la se não vejo que a terra, através do proprietário, cobra no capitalismo renda da sociedade inteira, renda que nem mesmo é produzida direta e exclusivamente na sua terra, que sai do trabalho dos trabalhadores do campo e da cidade, que entra e sai do bolso do capitalista, que é paga por todos e não é paga por ninguém e que em última instância, é uma parte do trabalho expropriado de todos os trabalhadores dessa mesma sociedade (Martins, 1981, p. 169).

Em face disso, o autor defende, então, que o campesinato é uma classe social que “apesar de não se constituir um resquício feudal, também não pode ser reduzida à condição de assalariada” (Almeida e Paulino, 2000, p. 121). O capital, dessa forma, se apropria do trabalho do campesinato,

---

<sup>1</sup> Diferente do campesinato europeu, não foi dada terra para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, ao contrário, “a economia brasileira estaria centrada na relação de emprego, já que o que tínhamos aqui eram restos escravistas” (Almeida; Paulino, 2000, p. 119).



mesmo sem uma proletarização direta, pois ele se reinventa em suas inúmeras maneiras de apropriação e destruição, mostrando uma luta de classes presente também no campo, e que a exploração está para além da concentração da propriedade rural, se estendendo nas relações de dominação que o capital impõe aos camponeses e camponesas.

Diante das muitas contradições presentes no campo, cabe destacar a relação com a terra. Enquanto para o campesinato a terra tem significado de subsistência e complemento de renda, para o capital seu significado está apenas na exploração e acumulação. Por isso, a luta pela terra é entendida como “anticapitalista”, trata-se “de uma tentativa de impedir que a terra-trabalho se transforme em terra-especulação/exploração do trabalho” (Almeida e Paulino, 2000, p. 121), buscando defender a sua autonomia e seus próprios modos de produção, cujas lógicas se diferem do capitalismo.

Levando em consideração toda essa estrutura, a Reforma Agrária com intuito apenas distributivo não faria sentido, pois “a renda encontra-se subjugada pelo capital, impedindo o trabalhador familiar de libertar-se do círculo de miserabilidade que lhe é imposto” (Almeida e Paulino, 2000, p. 122), reiterando que o sentido de que a luta do campesinato é contra o capitalismo e deve estar presente na Reforma Agrária.

As contribuições teóricas de Prado Jr (1979) e Martins (1981) apresentam importantes elementos para pensar e entender a questão agrária no Brasil. Suas perspectivas desvendam particularidades e complexidades do meio agrário e de suas dinâmicas que ajudam a construir uma compreensão que, longe de ser superficial, mostra mazelas e desigualdades resultantes do constante avanço do capitalismo no campo.

Este olhar totalizante sobre a questão agrária brasileira é um debate que deve alcançar todas as pessoas, pois essa é “uma luta que não é somente dos agricultores, dos trabalhadores sem-terra, mas de toda a sociedade, uma vez que a exclusão provocada pela estrutura agrária vigente não afeta somente os pobres do campo, mas dilapida a cidadania” (Almeida; Paulino, 2000, p. 114). Dessa forma, a luta contínua por uma Reforma Agrária efetiva transpassa os limites do campo brasileiro, pois ela é a esperança da superação das desigualdades e a efetivação da cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do campo em âmbito nacional.

### **Tipologias do campesinato na Amazônia**

A Amazônia, em razão de suas muitas particularidades ambientais, sociais e históricas, muitas vezes é vista sob uma ótica que invisibiliza o campesinato na região. Porém, ao contrário dessa visão reducionista e do mito do “vazio demográfico”, verifica-se a existência dos camponeses e camponesas amazônicos que afirmam suas territorialidades por meio dos seus modos de viver e resistir que estão diretamente ligados com a natureza, especificamente, com “a terra, o rio e a floresta” (Conceição, 2017, p. 25), elementos presentes no cotidiano de vida dos povos e comunidades da Amazônia.

Por isso, a Amazônia é também um espaço para a análise do campesinato, assim como as outras regiões do Brasil, porém suas dinâmicas territoriais são singulares e diversas. Conceição (2017, p. 59), destaca que “cada região brasileira possui uma especificidade de campesinato, na Amazônia, essa particularidade se torna evidente na medida em que estes vivem o tempo da floresta, dos rios, do ecossistema, isto é, o tempo da natureza”. Essa inter-relação entre os sujeitos sociais e o meio ambiente é a peça-chave para compreender a produção dos modos de vida amazônicos.

Dentro da complexidade do que é o campesinato na Amazônia, Conceição (2017, p. 60) apresenta cinco tipologias de campesinato, cada uma com suas estratégias de reprodução social e territorial e de resistência na Amazônia.

Primeiramente, os camponeses-posseiros, apresentados nos trabalhos de Oliveira (1982) e Martins (1981), são

produto das próprias contradições do capital. A funcionalidade da sua existência se desenvolve porque está inserido em relações dominadas pelo capital e não porque esteja nos cálculos do capitalista. A mesma sociedade que dele se beneficia o quer destruir. A expansão do capital se faz preferencialmente sobre terras ocupadas por posseiros, através da expropriação e da expulsão (Martins, 1981, p. 116).

Tais autores também oferecem contribuições teórico-conceituais acerca dos camponeses-sem-terras, Oliveira (2001, p. 190) afirma que “os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vem historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, os gendarmes de plantão dos latifundiários especuladores e grileiros”. Dessa forma, esses camponeses e camponesas são sujeitos que lutam frente a diversas forças que historicamente tentam expropriá-los e impedir seu acesso a terras.

Além disso, há os camponeses-caboclos, apresentados por Barbosa (2014, p. 6428), que são

No caso da Amazônia, o campesinato tradicional é também chamado de caboclo, que é uma expressão comumente empregada para denominar a parte da população camponesa amazônica originada da miscigenação das antigas populações indígenas da várzea do Amazonas com os colonizadores europeus e, em menor número, com os escravos africanos, durante os séculos XVIII e XIX.

Por sua vez, Cruz (2007) apresenta em sua tese os camponeses-ribeirinhos, sujeitos que vivem às margens dos rios, e têm uma relação de vida e produção com atividades na várzea amazônica, para o autor, “ser ribeirinho para esses camponeses, é muito mais que uma posição geográfica - morar às margens do rio. O rio (a água) é um complemento da vida, ou a própria vida” (Cruz, 2007, p. 8). A identidade e a reprodução social desses camponeses-ribeirinhos estão ligadas ao fluxo e fases dos rios amazônicos, transcendendo a simples localização geográfica e construindo-se numa relação simbiótica entre modo de vida, cultura e território.

Por fim, os camponeses florestais, apresentados por Silva (2011) e Lima (2008), dentre suas características, são:

Um tipo de campesinato-amazônico-acreano (o seringueiro), que se formou ao longo do século XIX e XX. Sua identidade é construída com base na floresta. O termo camponeses da floresta é usado para se referir aos seringueiros, que devido a crise da produção da borracha e a redução dos mercados consumidores do produto extraído da seringueira, esses sujeitos sociais procuraram outras alternativas de sobrevivência na floresta por meio do cultivo da agricultura de subsistência (roçados), da criação de animais e da plantação de novas espécies frutíferas. Assim, esses camponeses-florestais passaram por novas adaptações e usaram seu conhecimento para a construção de novas técnicas (Conceição, 2017, p. 60).

Todos esses grupos, mesmo com suas especificidades, compartilham um traço em comum, segundo Conceição (2017, p. 60), pois suas existências estão em uma “geografia da auto sustentação familiar vivida/vivenciada/experienciada e do espaço relacional/morada do campesinato amazônico” onde a terra, floresta e rios são partes constitutivas de sua sociabilidade e territorialidade.

É frente a isso que Conceição (2017, p. 26) evidencia a tipologia de campesinato nomeada de “campesinato-agroextrativista”, pois a autora entende que “essa caracterização e definição são mais condizentes para se aplicar no perfil levantado dos agentes sociais que trabalham/vivem da terra e da floresta”. Trata-se de camponeses e camponesas que trabalham com a roça/agricultura e praticam ainda o extrativismo, tanto para sua alimentação, quanto para o complemento de renda familiar, fazendo

uso da terra de forma consciente, desenvolve o trabalho por meio da policultura, utilizando-se de técnicas tradicionais, utilizando-se de técnicas tradicionais e faz uso do território como recurso (floresta) como forma de garantir a subsistência das unidades familiares camponesas, cuja balança de equilíbrio da economia familiar se configura na seguinte relação: Terra-Floresta-Família-Trabalho (T-F-F-T) (Conceição, 2017, p. 148).

Além disso, para a autora, “o uso da terra/floresta/território e suas práticas agrícolas e agroflorestais comprovam suas territorialidades e espacialidades que se materializam nas cartografias simbólicas” (Conceição, 2017, p. 61). Essa tipologia reflete as dinâmicas territoriais e socioeconômicas desses grupos, além da inerente relação entre suas práticas produtivas, que utilizam a terra e a floresta, e a construção identitária vinculada ao seu território e suas territorialidades.

Frente a essa heterogeneidade do campesinato na Amazônia, cabe ressaltar que “sua base econômica familiar e produção independente praticada na agricultura” constituem-se condição de sua existência (Conceição; Lima; Santos, 2017, p. 634). Por isso, essas são características que contrastam totalmente com o modo de produção capitalista, que com sua monocultura, buscam apenas acumulação de capital.

As diferentes tipologias de campesinato apresentadas aqui demonstram que a resistência e a reprodução social e territorial camponesa na região estão ligadas a modos de vida que afirmam as terras, rios e florestas como a tríade base de suas existências. Estas territorialidades camponesas carregam adaptações e estratégias históricas frente às pressões territoriais e econômicas que cada vez mais invadem a Amazônia. Assim, a luta camponesa na região além de ser em defesa de sua terra, é

também pelo direito de continuar vivendo/existindo em consonância com a natureza, que é o que sustenta suas vidas e o equilíbrio socioambiental do planeta.

### **Lutas e resistências do Movimento dos Pequenos Agricultores do Amazonas - MPA/AM**

A análise da luta dos agricultores e agricultoras na Amazônia revela um cenário marcado por muitas contradições, onde a territorialidade camponesa se recria em meio a conflitos, pressões externas e estratégias de sobrevivência. São diversos conflitos e resistências cotidianas, desde a demarcação territorial até estratégias de organização produtiva, social e política.

Atualmente, o Movimento dos Pequenos Agricultores<sup>2</sup> no Amazonas (MPA/AM) possui quatro lideranças e engloba sete comunidades, a saber, Comunidade Tururu (Cariuca de Manacapuru), Comunidade São Francisco do Mainã, Comunidade Jatuarana, Comunidade Boa Esperança, Comunidade Frederico Veiga, Comunidade Novo Paraíso e Aldeia Gavião<sup>3</sup> (Sateré-Mawé).

Para compreender esta realidade no contexto amazonense, foi realizada entrevista com duas lideranças do MPA/AM, Chico, e Doroth<sup>4</sup>, das comunidades Frederico Veiga e Aldeia Gavião, respectivamente (Figura 1). Suas declarações acerca da realidade vivenciada revelam desafios comuns aos agricultores e agricultoras da região, como a falta de titulação de terras, invasões por parte de grupos externos, mas também formas de resistências, como a luta pela subsistência e complemento de renda através da agricultura e a organização comunitária através de cooperativas.

É importante destacar que a Aldeia Gavião, em sua territorialidade indígena não faz parte do campesinato, pois os modos de vida e organização dos povos originários são diferentes do campesinato. Nesse caso, essa aldeia está na luta junto ao MPA, sendo Doroth uma das lideranças do movimento, pois, através de práticas agricultivares e extrativistas, produzem alimentos para vender em feiras de Manaus. Doroth (2025), relata que as principais produções da Aldeia Gavião são banana pacovã, açaí e cacau “aqui a gente trabalha com a agricultura familiar, mas ainda não é cooperativa, e nem associação. [...] abastecemos Manaus quando está produzindo, sim, a gente vai levar em algumas feiras que tem”. Nesse sentido, a proximidade com a metrópole acaba por influenciar esses sujeitos a uma dinâmica de utilizar de sua produção tradicional para complemento de renda, e a adesão da Aldeia ao MPA mostra que apesar das distinções históricas, culturais e territoriais com o

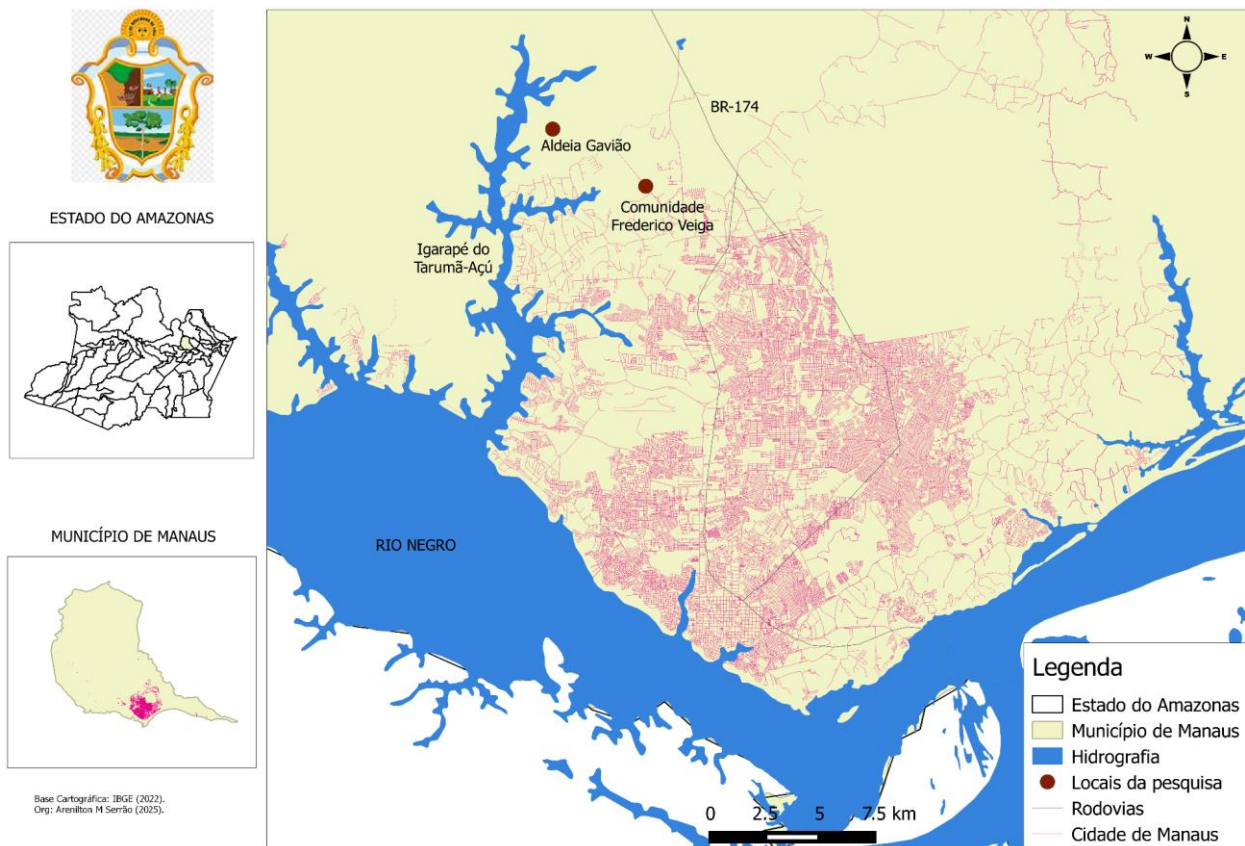
---

<sup>2</sup> Segundo *site* oficial, “o MPA é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo e de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas” ([mpabrasil.org.br](http://mpabrasil.org.br)).

<sup>3</sup> É válido ressaltar que, apesar de a Aldeia Gavião fazer parte da luta do MPA, sua territorialidade indígena não está inserida no contexto do campesinato, tendo em vista que suas práticas produtivas, modos de vida e organização social são diferentes das territorialidades camponesas.

<sup>4</sup> Os nomes Chico e Doroth são fictícios, a fim de preservar a identidade dos entrevistados. Fazem referência simbólica a Chico Mendes e Dorothy Stang, que lutaram pela Reforma Agrária e foram assassinados em decorrência do seu ativismo.

campesinato, lutam e resistem junto do Movimento dos Pequenos Agricultores contra as invasões e pressões sobre suas terras.



**Figura 1.** Localização das comunidades Frederico Veiga e Aldeia Gavião

**Elaboração:** Serrão (2025).

A luta pelo território é um dos principais desafios enfrentados pelas comunidades do MPA/AM. Doroth, relata que na aldeia Gavião (povo Sateré-Mawé), às margens do Igarapé do Tarumã-Açu, fala da ausência de demarcação de suas terras

Então, a gente tem uma delimitação de terra aqui, a gente sabe da onde começa, aonde finaliza, porque tem um ponto, é uma pedra, onde foi marcado, uma pedra. E aí, dessa pedra, daqui da terra, no meio do rio, até o final da frente, é chegando na outra comunidade, tem essa demarcação de terra (Doroth, 2025).

Mesmo com a ocupação histórica nas terras, o fato de existir apenas uma demarcação simbólica com uma rocha feita pela comunidade demonstra um descaso jurídico com seus direitos territoriais. Essa fragilidade dá margem para que invasores causem danos ambientais, como é relatado o conflito com a empresa Estaleiro Rio Amazonas - ERAM

Tem um conflito com o pessoal do estaleiro de balsa ERAM, que entra sem permissão para tirar barro. Eles ficam sempre entrando. A gente já foi lá conversar, né, para eles não fazerem isso, porque eles também causam danos ambientais e, assim, eles falaram que iam parar, mas já tem o quê? Mais de 5 anos que eles fazem isso, e até agora eles não pararam (Doroth, 2025).

Nessa situação, a ausência de documentação expõe a comunidade à vulnerabilidade de ter suas terras invadidas, desmatadas e destruídas, visto que o estaleiro de balsa desmata, causando desintegração de terra às margens do rio, então adentra o território da comunidade para retirar barro e adicionar nas áreas afetadas. Apesar de denúncias aos órgãos públicos, Doroth relata que não houve nenhum tipo de responsabilização para a empresa: “Perante a Funai e Ministério Público eles não desmataram. Aí eles ficam entrando, né? A gente tem esse conflito. Novamente eles entraram para tirar barro” (Doroth, 2025). Essa falta de fiscalização e de medidas efetivas por parte das autoridades, apenas perpetua a impunidade, e intensifica a insegurança da comunidade, que continua sofrendo com a degradação ambiental e com a violação dos seus direitos.

A situação de invasão e grilagem, ações históricas realizadas pelos capitalistas, continuam a se repetir em muitas realidades. Chico, líder do MPA/AM, da comunidade Frederico Veiga, relata um conflito semelhante:

Nesse conflito que eu falei no começo, a gente está na justiça pela briga. Pelo espaço da terra, é de um senhor, dono da Eletroferro. Já foram sete reintegração de posse. Já residimos nessa terra desde 2002. Parou porque está na Justiça Federal. Estamos cumprindo o trato. Eles não podem invadir e nós não podemos produzir além daquilo que já produzimos antes da decisão da justiça (Chico, 2025).

Assim, os conflitos do campo também se dão no âmbito jurídico. E a judicialização aparece como uma estratégia de resistência, por isso a Reforma Agrária no Brasil foi historicamente negligenciada, deixando comunidades em limbo jurídico (Oliveira, 2001, p. 193), ou seja, a luta judicial em que os direitos territoriais do campesinato têm a possibilidade de serem efetivados, incomoda os grileiros, que lutam em prol da expropriação desses trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse sentido, a comunidade Frederico Veiga se organiza e luta judicialmente contra essa invasão relatada por Chico, e continuam produzindo seus alimentos. Essa situação se alinha com a contribuição de Fabrini (2008, p. 271) em que “O camponês, organizado nos movimentos sociais ou fora deles, desenvolve um conjunto de manifestações que garante sua existência e, conseqüentemente, incomoda a parcela dominante da sociedade”. Portanto, a luta pela regularização fundiária é apenas pela terra/território, mas também pelo reconhecimento e cidadania dessas pessoas.

Além disso, Chico relata outra ameaça de conflito: invasões organizadas por grupos ligados ao tráfico de entorpecentes, que se aproveitam da ausência do Estado para ocupar as terras: “Aqui já tem sete invasões ao redor da nossa comunidade. Essas invasões são de pessoas ligadas ao tráfico e estão usando o nome dos indígenas [...] Se eles entrarem, a gente não tem como tirar eles. Quem vai brigar com esse pessoal?” (Chico, 2025). Nesse relato, Chico demonstra o medo frente a violência desses grupos, evidenciando como a violência no campo pode aparecer em diferentes dimensões e faces.

Nesse sentido, a comunidade Frederico Veiga e seus homens e mulheres, têm vivido um “cercamento” e tentativa de invasões ao redor das comunidades, em que estes agentes se sobrepõem aos territórios de reprodução de vida campesina. Essas questões dialogam diretamente com as análises de Oliveira (2001, p. 191), que destaca que a “violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil”, especialmente na Amazônia, onde a expansão capitalista em suas diferentes formas e a grilagem de terras intensificam as tensões e os conflitos.

Esses interesses econômicos predatórios, representados aqui como as empresas ERAM e Eletroferro, buscam explorar a terra e seus recursos em prol de uma acumulação de capital sem se importar com danos e interferências na natureza. O campesinato, por outro lado, possui outra relação com a terra. Para Fabrini (2008, p. 263) “a natureza dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra aparece como resistência [...] o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza”, mostrando como a terra é um espaço de reprodução social e cultural para o campesinato. E a resistência, nesse caso, se dá, além da disputa legal, pela afirmação cotidiana da presença e do trabalho no território.

E as contradições que vão surgindo levam o campesinato a uma “resistência para além dos movimentos sociais” (Fabrini, 2008, p. 244), onde práticas locais de defesa do território e dos recursos naturais se tornam formas cotidianas de enfrentamento, nas ações da comunidade e de sua reprodução territorial. Estas formas de enfrentamento se dão na continuidade através da produção diversificada das comunidades, e na afirmação de suas territorialidades, a exemplo das festividades. Chico relata a respeito da festa do limão na comunidade Frederico Veiga, “Nós temos uma festividade aqui chamada Festa do Limão. Todo ano a gente faz no mês de setembro, está virando tradição” (Chico, 2025). Essa prática cultural e produtiva reforça a identidade e a autonomia dessa comunidade, que se torna um símbolo de reprodução da vida comunitária mesmo em meio às contradições e ameaças externas.

Outra forma de resistência é a organização social em cooperativas. Chico menciona a cooperativa em formação entre as comunidades Frederico Veiga e Novo Paraíso

Aqui a gente tem uma cooperativa. E a gente pretende inaugurar agora em outubro, se Deus quiser, mas já tem cooperados trabalhando. Ela vai ser voltada pra fazer doce, né? Mas como a gente ainda não inaugurou, através da MPA a gente conseguiu uma feira, lá no São Francisco, que acontece uma vez por mês, e alguns cooperados, eles levam esses produtos pra vender (Chico, 2025)

A Cooperativa Agroindustrial dos Produtores das Comunidades Novo Paraíso e Frederico Veiga do Tarumã-Açu (CoopTarumã) que articula uma atividade poliprodutiva com a produção de café, banana, guaraná, limão, cacau e açaí, além da criação de abelhas e peixes em viveiros, como o tambaqui e a matrinxã, exemplifica o que Fabrini (2008, p. 267) chama de “ações comunitárias e coletivas”, que vão além da esfera econômica, fortalecendo laços sociais e políticos. O autor destaca

que “as ações comunitárias entre os camponeses são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas”. A CoopTarumã, nesse sentido, além de um instrumento de comercialização para complemento de renda familiar, constitui também um espaço de fortalecimento identitário e resistência à lógica do capital.

Além disso, Chico menciona que há parcerias com a Embrapa “Somente a Embrapa apoia a gente de todas as formas possíveis. Nos ajudou financeiramente, com o espaço e com o transporte. Já ajudou a gente de muitas maneiras” (Chico, 2025). Isso demonstra a importância de alianças institucionais para fortalecer a produção camponesa. Mas é preciso destacar que são limitadas e praticamente ausentes políticas públicas para incentivo à produção do campesinato em Manaus. Segundo o líder do MPA/AM, Chico, não há incentivo nenhum por parte da prefeitura de Manaus para a produção da agricultura.

Frente a isso, os desafios continuam. Chico destaca a dificuldade de reunir as lideranças das comunidades acompanhadas pelo MPA devido às demandas da produção e à dispersão geográfica: “A gente não tem se encontrado muito por causa da produção, do período, somos quatro lideranças, a gente vem trabalhando para unir essas comunidades” (Chico, 2025). Esse é um dos motivos pelos quais o Movimento dos Pequenos Agricultores no Amazonas está em processo de organização inicial, caminhando para se fortalecer e lutar coletivamente pelos seus direitos, e inclusive, por incentivos públicos.

Frente a todas essas questões, a resistência do campesinato na Amazônia é plural: combate a invasões, organiza produção coletiva, preserva culturas e exige direitos. Os relatos de Chico e Doroth mostram que, mesmo frente a ameaças, as comunidades reinventam estratégias de luta, ancoradas no território e na solidariedade. Seu exemplo reforça a tese de Fabrini (2008, p. 270) de que “a luta camponesa é mais ampla do que os movimentos sociais”, pois se manifesta no cotidiano, através de suas territorialidades, na relação com a terra e na defesa intransigente de um projeto de vida digna.

Em síntese, a experiência da CoopTarumã e das feiras diretas revela como o campesinato amazônico, através de estratégias poliprodutivas e circuitos curtos (M-D-M), constrói alternativas concretas ao modelo hegemônico do capital. Apesar da fragmentação territorial e da precariedade institucional, essas iniciativas materializam o “controle do processo produtivo” (Fabrini, 2008) como ato político – prova viva de que a resistência desses agricultores e agricultoras se faz na reinvenção cotidiana do possível.

## **Considerações finais**

Com longa trajetória histórica, o campesinato se reinventa e resiste diante a tantas pressões de agentes externos aos seus territórios. Conforme previu Chayanov, os trabalhadores camponeses não



se desintegraram em detrimento do capitalismo, mas demonstram persistência e autonomia até os dias atuais.

No contexto brasileiro, as particularidades históricas revelam um campesinato oriundo de relações escravistas e de exploração, cujos resquícios ainda se encontram em relações do campo brasileiro, mas também revela a força de luta dessa classe social que busca preservar seus modos de vida e de produção.

O campesinato na Amazônia em suas formas complexas, dada sua relação com a natureza, seja em várzea ou terra firme, demonstra que sua reprodução social e territorial está em modos de viver que prezam pela subsistência, coletividade e preservação da cultura e da natureza. Porém, o capital continua sua intensa marcha sobre os territórios do campesinato, prezando por um desenvolvimento desigual que acaba por desrespeitar a vida e os direitos dessas comunidades.

Os relatos das lideranças do MPA mostram que, mesmo frente a ameaças, as comunidades reinventam estratégias de luta, ancoradas no território e na solidariedade. Seu exemplo reforça a tese de Fabrini (2008) pois se manifesta no cotidiano, na relação com a terra e na defesa intransigente de um projeto de vida digna. Na Amazônia, essa resistência não é apenas uma resposta à opressão, mas a construção concreta de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Portanto, compreender o campesinato na Amazônia exige o reconhecimento e respeito de sua diversidade de modos de vida em suas estratégias de resistências territoriais e culturais, pois é uma luta por cidadania (Oliveira, 2001). Suas existências dependem da criação e efetivação de políticas eficazes e da afirmação de suas territorialidades e lutas, pois enquanto o capital insiste em transformar a Amazônia em mercadoria, o campesinato resiste afirmando-a como espaço de vida e possibilidades.

## Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária:** breves considerações. Geografia, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10164> Acesso em: 11 mar. 2025.

ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. **Importância das teorias agrárias para a geografia rural.** Disponível em: Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 08, número 16, 2009. <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/223> Acesso em: 11 mar. 2025.

BARBOSA, Jonismar Alves. **A soja e a violação do direito fundamental de acesso à propriedade dos povos tradicionais em Santarém, Pará, Brasil.** Revista do Instituto do Direito Brasileiro Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - RIDB, Ano 3 (2014), nº 9, p. 6421-6463.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: Lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra/Pará.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-

Graduação em Geografia - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1649> Acesso em: 16 abr. 2025.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da; LIMA, Rosana Kostecki de; SANTOS, Moisés Daniel de Souza dos. **Campesinato-agroextrativista do Tapajós: Entre ameaças e resistências**. Geografia (Londrina) v. 26. n. 1. p. 632-646, jan/jun, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/issue/view/1350> Acesso em: 22 abr. 2025.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. **Territorialização camponesa na várzea Amazônica**. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122007-112229/publico/TESE\\_MANUEL\\_JESUS\\_MASULO\\_CRUZ.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122007-112229/publico/TESE_MANUEL_JESUS_MASULO_CRUZ.pdf) Acesso em: 20 jun. 2025.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: FABRINI, João Edmilson; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf> Acesso em: 10 mar. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil**. GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (Orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. pág. 381-400.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LIMA, Maria Aldecy Rodrigues de. **Retratos, imagens, letras e números colados nas paredes: representações sociais de escola para ribeirinhos dos rios Môa e Azul - Acre**, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/a745db1e-e675-42b6-b8b6-aa9677d2e083/content>. Acesso em 01 jul. 2025.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. Disponível em: <https://felipemaiasilva.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/03/souza-martins-jose-de-os-camponeses-e-a-politica-no-brasil.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2025.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Os posseiros e a luta contra o capital: “...A terra é de ninguém**. Caderno Prudentino de Geografia nº 3. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP) – Departamento de Geografia, 1982. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7373/5444> Acesso em: 01 jul. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**. v. 15, n. 43, p. 185 - 206, set. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/> Acesso em: 15 mar. 2025.

PRADO JR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3ª Ed, Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981. Disponível em: <https://archive.org/details/a-questao-agraria-caio-prado-jr/mode/2up> Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário**: uma análise a partir da realidade amazônico acreana. Rio Branco: Edufac, 2011.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Trad. SARTI, Cynhia A.; BRANT, Wanda C. Revista NERA, Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 Jul./Dez. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456> Acesso em: 14 mar. 2025.